

EPICENTROS DE INSTABILIDADE REGIONAL A POLÍTICA EXTERNA DA COLÔMBIA E DA VENEZUELA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Juan Pablo Milanese

Embora a Colômbia e a Venezuela tenham sido, ao longo de décadas, as democracias mais estáveis da América Latina, nos últimos anos não escaparam ao padrão de instabilidade que assola a região. Tendo ambas um passado de pactos consociativos, vivem actualmente uma situação de violência, polarização, fragmentação e indefinição nos seus sistemas de partidos. O enfraquecimento destes, somado à intensificação de lideranças carismáticas e à ambiguidade sobre as regras do jogo, gera incerteza e ameaças de ruptura¹, alimentando uma situação de cerco à democracia.

É neste cenário, cheio de ingredientes explosivos, que se configura a política externa de ambos os países. Embora nenhum deles possa ser considerado uma potência regional, as conjunturas críticas que ambos atravessam têm um alcance que os ultrapassa, pois constituem-se em epicentros de instabilidade para o subcontinente.

A Venezuela, «o rufia do bairro», procura exportar o seu modelo de «revolução» usando o alto preço do petróleo. A Colômbia, imersa numa profunda crise, produto de um conflito interno alimentado pelo narcotráfico, ameaça contagiar os seus vizinhos com uma guerrilha, problema que parecia extinto na região. Assim, por motivos diferentes, ambos os países concentram a atenção dos Estados Unidos, constituindo-se, o primeiro, como o seu principal adversário e o segundo como o seu maior aliado a nível regional.

Este trabalho analisa as políticas externas dos dois países, estabelecendo relações entre elas e as conjunturas internas que ambos atravessam. Trata também do estado de tensão em que se encontra a relação bilateral entre os dois estados, que até há pouco se consideravam parceiros estratégicos.

A VENEZUELA, «AGITADOR REGIONAL»

QUEM É CHÁVEZ E O QUE É O CHAVISMO

Desde o momento em que assumiu a presidência venezuelana, a figura de Chávez implicou uma ruptura tanto no cenário político interno como na projecção internacional do país. Ex-militar e ex-golpista, a sua chegada ao poder dificilmente poderá explicar-se sem a crise do Estado rentista, resultante do nível insuficiente dos rendimentos do petró-

leo ao longo da década de 1990, que não permitiu que se continuasse a apelar, como acontecera durante grande parte da segunda metade do século XX, ao modo consensual de resolução de conflitos através da mediação do Estado².

Com um estilo plebiscitário e polarizador, Chávez acaba por passar a «certidão de óbito» aos partidos tradicionais – a Acção Democrática e o COPEI³ – e ao já extraordinariamente desgastado Pacto de Punto Fijo, que entrou numa crise irreversível no final dos anos 80. Esta situação viu-se plasmada na Constituição que foi aprovada por uma esmagadora maioria em Agosto de 1999, na qual são evidentes o espírito refundador e o desprezo pela democracia representativa.

A maior parte dos apoios políticos de Chávez reside nos sectores populares da sociedade e nas Forças Armadas, a instituição que conhece melhor, com a qual se sente mais cómodo e na qual mais confia. Paralelamente, uma das suas principais fontes de poder é o controlo da empresa petrolífera paraestatal PDVSA, que desempenha um papel central no apoio ao Governo.

Desde o início que se percebeu o desinteresse de Chávez pela construção de um partido coerente e equilibrado. Em lugar disso, apoiou-se numa coligação heterogénea a que chama «Movimento Quinta República». Isto traduz, fielmente, a sua posição de herdeiro da tradição populista, baseada no antielitismo e numa relação directa entre líder e massas, sem mediações institucionais.

O seu estilo plebiscitário, e a ausência de partidos estáveis, é uma das principais fontes de polarização da sociedade. Esta manifesta-se, por um lado, nas acusações dirigidas aos seus antecessores e opositores, que o Governo responsabiliza pela delapidação dos recursos resultantes dos vários períodos de prosperidade petrolífera. Por outro lado, a oposição acusa o Governo de malbaratar o actual rendimento do crude numa estrutura claramente clientelista⁴. Paradoxalmente, em ambos os casos, não sem razão. Tanto os seus partidários como boa parte da esquerda latino-americana consideram Chávez como um «herói» movido por razões humanitárias, cujo objectivo é fazer retroceder as desigualdades e a injustiça social. E que, além disso, tem carisma – e petrodólares – para fazer frente aos Estados Unidos, lutando pela unidade da América Latina e aproveitando a oportunidade para corrigir os desequilíbrios de poder e de riqueza que assolam tanto a Venezuela quanto o resto da região.

Ao mesmo tempo, para os seus opositores, não passa de um pseudoditador, sedento de poder e indiferente aos procedimentos democráticos e ao Estado de direito. Abusa do poder que o preço do crude lhe confere e namora líderes de regimes «perversos» – como Khadafi ou Ahmadinejad –, praticando uma política clientelista, sem que a sociedade venezuelana receba mais do que modestos resultados em termos de aumento da qualidade de vida⁵. Além dos seus resultados mais ou menos modestos, a «revolução bolivariana» está longe de ser o modelo de que a região necessita para alcançar um desenvolvimento sustentável. A sua abordagem clientelista dificilmente conseguirá mais do que perpetuar a dependência da ajuda estatal. Aliás, grande parte das medidas do Governo, como a reforma

agrária ou os confiscos de propriedade privada, não deixa de ser fundamentalmente simbólica⁶. Neste contexto, é muito provável que Chávez, como fenómeno político, só se sustente com preços do petróleo que lhe garantam um patamar de desenvolvimento económico, sem o qual seria incapaz de manter a intensidade da distribuição de bens⁷. Quanto à projecção internacional, a sua gestão pode ser dividida em duas etapas. Durante a primeira (1998-2001), podemos observar um *outsider* – antipolítica e antiestablishment –, que chegou ao poder com uma retórica revolucionária, mas cujas políticas eram relativamente moderadas. Elabora, desde essa época, um discurso em que a política externa e a política interna se ligam, procurando dar legitimidade a um Governo que exagera a sua condição de Estado subalterno.

É MUITO PROVÁVEL QUE CHÁVEZ, COMO FENÓMENO POLÍTICO, SÓ SE SUSTENTE COM PREÇOS DO PETRÓLEO QUE LHE GARANTAM UM PATAMAR DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SEM O QUAL SERIA INCAPAZ DE MANTER A INTENSIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE BENS.

Neste contexto, manifesta-se uma dualidade discursiva, que prossegue com os primeiros convénios realizados com Cuba e com as activas negociações com os restantes membros da OPEP⁸ e a venda, a tempo e horas, de petróleo aos Estados Unidos, seu principal cliente.

A segunda etapa começa em 2002 e mostra um aumento sensível na quantidade e na intensidade das provocações, que alcançam em 2006 o seu nível máximo. Os já mencionados preços do petróleo são aproveitados como um instrumento de poder, que permite grande activismo a nível internacional. Contudo, isto não implica uma alteração na sua estreita relação comercial com os EUA, com quem a Venezuela mantém uma grande dependência nesse plano.

A VENEZUELA E A SUA POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia do petróleo foi uma constante na política externa venezuelana desde os anos 60. Apesar disso, o actual Governo levou a «retórica dos hidrocarbonetos» a níveis sem precedentes⁹. Paralelamente, como sucede em grande parte das democracias latino-americanas, a figura do Presidente desempenha um papel central na agenda da política externa. Isto nota-se claramente no caso venezuelano, onde a influência de Chávez é enorme, colocando forte ênfase na diplomacia interpresidencial¹⁰.

O resultado é uma política que se pretende contra-hegemónica, que dá prioridade à independência sobre a interdependência. É assim que o Governo sublinha permanentemente a componente nacionalista do seu programa, baseado em dois eixos fundamentais: soberania e segurança.

Neste contexto, a política venezuelana manifesta-se, no plano diplomático, a partir dos seguintes pontos:

- Fortalecimento da soberania em favor da construção de um mundo multipolar;

- Oposição ao avanço do processo de globalização, que se considera fruto do neoliberalismo – principal inimigo da Revolução;
- Existência de uma diplomacia *ad hoc*, através da qual se relaciona tanto com actores nacionais como subnacionais;
- Reorientação do papel da Venezuela nos organismos multilaterais;
- Defesa dos preços do petróleo através da participação activa na OPEP¹¹.

Partindo da recuperação de uma retórica terceiro-mundista, o Governo estrutura um discurso agressivo, no qual identifica uma aliança antibolivariana, liderada por Washington e pela «oligarquia venezuelana». Neste quadro, embora desde o início Chávez tenha assumido uma atitude hostil face aos EUA, essa posição evoluiu de uma crítica inicialmente tibia para um discurso cada vez mais agressivo.

Isto teve muito que ver com o apoio do Governo americano à tentativa de golpe de Estado de Abril de 2002. A nova atitude manifestou-se numa sucessão de declarações, acções e tratados, como a recusa venezuelana de que os aviões da DEA¹² pudessem atravessar o seu espaço aéreo, o facto de ter sido o primeiro chefe de Estado a quebrar as sanções multilaterais ao Iraque, a proposta de venda de petróleo subsidiado aos sectores menos favorecidos dos Estados Unidos através da empresa CITGO, ou a defesa do plano nuclear iraniano. Ainda assim, o momento mais pitoresco e glacial foi alcançado no dia 20 de Setembro de 2006, quando, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, declarou:

«Ontem o Diabo veio aqui, esteve aqui o Diabo, neste mesmo lugar. Ainda cheira a enxofre nesta mesa onde agora me cabe falar. Ontem, senhoras e senhores, desta mesma tribuna, o Senhor Presidente dos Estados Unidos, a quem eu chamo “O Diabo”, veio aqui falar como dono do mundo. Um psiquiatra não seria de mais para analisar o discurso de ontem do Presidente dos Estados Unidos [...] O discurso do Presidente “tirano” mundial, pleno de cinismo, cheio de hipocrisia, da hipocrisia imperial, do desejo de controlar tudo, eles querem impor-nos o modelo democrático tal como o concebem, a falsa democracia das elites, e além disso um modelo democrático muito original, imposto com explosões, com bombardeamentos e na base de invasões e de tiros de canhão.»¹³

Num contexto em que as relações entre os EUA e a América do Sul estão provavelmente no seu ponto mais baixo desde o final da Guerra Fria, Chávez representa o adversário mais incómodo que os Estados Unidos têm na região¹⁴. A maior parte dos funcionários norte-americanos encara-o como uma fonte de perturbações que pode contagiar os vizinhos – que, ainda por cima, não são propriamente um paradigma de estabilidade. Apesar de tudo, desde a chegada de Chávez ao poder, Washington não sabe como há-de tratá-lo. Os funcionários do Governo americano mordem com frequência «o anzol» das provocações, facilitando a continuação deste tipo de políticas. Além

disso, para estabelecerem uma estratégia de contenção efectiva, os EUA teriam de contar com o apoio do resto dos Governos da região, o que parece pouco provável¹⁵.

A nível regional, embora as relações da Venezuela com os outros países sejam evidentemente muito menos tensas do que com os EUA, não estão isentas de crises. A principal manifestação de crise deve-se à intromissão de terceiros em assuntos de política doméstica, a partir da diplomacia subnacional. O chavismo mantém contacto directo com partidos, movimentos e grupos, em alguns casos de cariz radical. Estes contactos baseiam-se fundamentalmente em afinidades ideológicas e na simpatia pelo projecto bolivariano, em sociedades com frustrações semelhantes às da Venezuela¹⁶. Neste sentido, ocupam um lugar especial dirigentes como Fidel Castro (Cuba), Evo Morales (Bolívia), Ollanta Humala (Peru) ou Rafael Correa (Equador).

No entanto, é fácil exagerar a influência que Chávez tem na região. Apesar da extraordinária popularidade de que goza nas sociedades da América do Sul, a sua revolução bolivariana não teve grande aceitação entre os Governos, excepto nos casos da Bolívia, Cuba e, possivelmente, Equador. Aliás, embora muitos dos Governos manifestem simpatia pelo chavismo, sempre vão mantendo uma distância prudente.

No plano comercial, a Venezuela também se movimentou activamente. Porém, essa actividade deveu-se muito mais a interesses políticos do que à racionalidade económica. A mudança de maior significado foi o abandono da Comunidade Andina de Nações (anunciado a 16 de Abril de 2006) e a entrada no Mercosul. A decisão foi justificada com o argumento de que as negociações em que a Colômbia, o Peru e o Equador estavam envolvidos com os Estados Unidos para um Tratado de Comércio Livre prejudicariam a economia venezuelana, que seria inundada por produtos americanos. Ao mesmo tempo, avançaram as negociações do Tratado de Comércio entre os Povos, um eufemismo para não falar de comércio livre, com Cuba e a Bolívia¹⁷. Mais uma vez, este processo explica-se mais por interesses políticos do que pela racionalidade económica, visto que Cuba e a Bolívia são dois dos mercados mais fracos do continente. Simultaneamente, o Governo insiste no seu projecto mais amplo de integração, a Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA), apresentado em contraposição à ALCA¹⁸, mas de definição vaga e recorte fundamentalmente retórico.

A última iniciativa em que a Venezuela concentrou as suas forças no plano internacional foi a tentativa falhada para ocupar o lugar que a América Latina detém no Conselho de Segurança das Nações Unidas. No seu esforço, a Venezuela argumentou com a necessidade de contar com um contrapeso em relação às tendências hegemónicas e a favor dos países do Sul. Tal candidatura foi bastante controversa e gerou um importante esforço da parte dos Estados Unidos para promover o candidato alternativo, a Guatemala.

PERSPECTIVAS DEPOIS DE 3 DE DEZEMBRO

Um dos défices mais importantes na política venezuelana é a «qualidade» da democracia, sendo a falta de *accountability* dos gestores públicos num contexto de prospe-

ridade um problema sério. Neste quadro, a última campanha eleitoral decorreu num cenário que não esteve isento de acções de violência física e de propaganda «suja», em que ambos os candidatos, ignorando o perigo dos excessos em época de fartos rendimentos copiosos, seguiram uma linha política superabundante em promessas. Tudo isto numa atmosfera de desconfiança mútua e com uma oposição muito vulnerabilizada pelas práticas intimidatórias do oficialismo¹⁹.

Foi neste ambiente de grande tensão que se realizaram as eleições de 3 de Dezembro de 2006, nas quais Chávez voltou a impor-se. Desta vez, com 62,89 por cento dos votos, frente aos 36,85 por cento de Manuel Rosales, o seu principal opositor²⁰. Durante a campanha, o Governo invocou novamente a ligação entre a política internacional e a política interna como um dos seus eixos discursivos, apelando a que:

«Não se esqueçam de que estamos a enfrentar o próprio diabo, que é o Governo imperialista dos Estados Unidos. Esse é o nosso verdadeiro adversário, o império mais poderoso da terra, e não os lacaios que o imperialismo tem aqui.»²¹

Mas esta eleição implicou uma mudança em comparação com as últimas, já que a oposição aceitou «ir a jogo». A estratégia de não se apresentar, utilizada nas legislativas de 2005 para procurar deslegitimar o resultado, revelou-se um rotundo fracasso. Foi assim que os principais partidos antichavistas conseguiram unir-se em torno da figura de Rosales. Em princípio, a ampla vitória do Governo não fez mais do que fortalecer a sua actual posição, o que implicaria aprofundar a revolução. Apesar disso, uma oposição com 40 por cento de apoio popular é um sinal que o oficialismo não deve ignorar. Quanto ao futuro, podem apresentar-se dois cenários. O primeiro é que o Governo se abra a um diálogo democrático e plural, provocando uma distensão na situação política; o segundo, e mais provável, é que a presente situação continue, aprofundando-se as diferenças entre os vários sectores da sociedade venezuelana.

Colocam-se outras grandes incógnitas no que concerne aos temas que estiveram em cima da mesa nos debates eleitorais, como a corrupção, um dos maiores flagelos do Governo de Chávez, as mudanças anunciadas, como a nova reforma constitucional, na qual se discutiria o uso a dar ao rendimento do petróleo como instrumento geopolítico, ou a reeleição presidencial indefinida.

A COLÔMBIA, «PERTURBADOR REGIONAL»

O URIBISMO, OUTRA FONTE DE CAUDILHISMO

Com intensidades diversas, os últimos Governos da Colômbia tiveram de fazer frente a oposições armadas. A presença de grupos ilegais como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o Exército de Libertação Nacional e os vários grupos das Auto-defesas Unidas da Colômbia – os paramilitares – incrementou-se nas zonas de cultivos ilícitos, bem como o tráfico de drogas e as extorsões por sequestro.

Esta situação de cerco à democracia²² alcançou, durante a década de 90, uma intensidade inimaginável. Até 1996 podia observar-se, de forma cada vez mais evidente, a internacionalização do conflito, situação que se tornou ainda mais complexa pela instabilidade política resultante das suspeitas de financiamento da campanha eleitoral do Presidente Ernesto Samper com recursos provenientes do narcotráfico. Em balanço, a sua gestão implicou a intensificação do conflito armado, o aumento da violência, a agudização da crise económica, o isolamento internacional e a generalização da ingovernabilidade²³.

Embora no período seguinte Andrés Pastrana tenha conseguido reabilitar as relações com os Estados Unidos e com a União Europeia, a situação interna permaneceu crítica. O fracasso do diálogos de paz de Caguán deixou o Estado numa situação de grande vulnerabilidade e sem muitas opções no plano político.

A isto é preciso somar uma tendência para a atomização do sistema de partidos. A tradicional estrutura fechada proveniente da Frente Nacional resultou em que a reforma constitucional de 1991 e a reforma da Lei de Partidos de 1994 se estruturassem com patamares de aceitação extraordinariamente permissivos que, em vez de transformarem o indesejável sistema bipartidário burocratizado num sistema multipartidário eficiente e moderado, fizeram nascer um sistema atomizado, onde os partidos contam com escassos níveis de cristalização programática, de coesão e de disciplina. Foi assim que se estruturou um sistema disperso, caracterizado por forças eleitorais efémeras, que acabou por se traduzir na passagem do fraccionalismo ao faccionalismo carismático, materializado no que Eduardo Pizarro²⁴ chamou de microempresas eleitorais. Neste contexto, Álvaro Uribe obtém a Presidência em 2002, encabeçando uma lista dissidente do Partido Liberal – mas com um ideário intensamente neoconservador –, com um discurso fortemente antipolítico²⁵, assente na necessidade de «mão dura» contra os agentes armados. Se o cenário não fosse de dispersão, dificilmente Uribe teria podido ganhar como candidato apartidário, porque o seu apoio assentou fundamentalmente em facções soltas dos partidos Liberal e Conservador. Tal como Chávez, Uribe foi o primeiro candidato a aceder à Presidência fora da estrutura formal dos partidos tradicionais. Apostou, desde a campanha eleitoral, numa estratégia que sublinhava o endurecimento da política de segurança. Empenhou-se mais no reforço militar do Estado do que no diálogo com os actores armados, rompendo com a tradição de negociar em prol da pacificação dos grupos violentos²⁶. Neste contexto, é importante ter em conta que a natureza combativa e polarizadora do seu discurso antiterrorista provocou um grande desgaste na maior parte das forças moderadas do sistema político.

Desde então, o Governo teve sucesso na diminuição da percepção social da insegurança – embora não tenha resolvido o assunto completamente –, o que levou Uribe, depois de um longo e «acalorado» debate sobre a aprovação da reeleição, a apresentar-se novamente às eleições, ganhando à primeira volta, a 28 de Maio de 2006. Ganhou por larga margem, 62,2 por cento dos votos, contra 22,04 por cento de Carlos Gavi-

ria (Pólo Democrático) e 11,84 por cento de Horacio Serpa (Partido Liberal)²⁷, os seus adversários mais próximos.

Assim como no caso de Chávez, a ascensão de Uribe implicou um aumento da concentração do poder nas mãos do Executivo, que se traduziu em vários momentos em violações do Estado de direito²⁸. Ambos os casos podem enquadrar-se nos, pelo menos, quatro problemas inerentes aos presidencialismos latino-americanos: os efeitos das tentativas de abuso de poder presidencial, em paralelo com a tentativa incessante de reforçar esses poderes, a ausência de um poder moderador e a natureza de ganhador único das eleições presidenciais²⁹.

É interessante, a este respeito, a reflexão de María Jimena Duzán, que se referiu a estes dois casos da seguinte maneira:

«Apesar de professarem ideologias aparentemente distintas, ambos são governantes de recorte autoritário, que tendem a centralizar as decisões neles mesmos e a exercer o poder ignorando os canais institucionais que existem para solucionar problemas ou evitar crises [...] Ambos substituíram, no seu vocabulário presidencial, a palavra “nação” pela de “Pátria”, como se ambos tivessem a árdua e difícil tarefa de refundar os respectivos países. Chávez fala de maneira sempre exultante da “Pátria Bolivariana”, e Uribe dos “soldados da Pátria”, dos “empresários da Pátria” e até mesmo dos “terroristas da Pátria”.»³⁰

Depois de larga vitória eleitoral, as condições de governabilidade deveriam estar amplamente asseguradas. A enorme vantagem que o uribismo detém em ambas as câmaras e o poder de cooptação do Presidente, que lhe é conferido pela faculdade de nomear, deveriam garantir uma margem de manobra ampla. Contudo, a fragmentação existente no Congresso³¹ e o escasso grau de coesão da maioria oficialista criam dúvidas quanto a isto. É importante recordar que o Presidente não pertence a nenhum dos partidos com assento no Congresso, que além do mais são extraordinariamente indisciplinados. Isto abre espaço a ameaças de bloqueio, resultado de expectativas não cumpridas e tensões por resolver, que provavelmente irão crescendo à medida que se aproxime a data em que se decida a sucessão do Presidente.

Mas o problema da governabilidade não acaba aqui. Os vínculos cada vez mais evidentes entre membros do Congresso afectos à maioria e os paramilitares fazem ante- ver uma importante crise de legitimidade. Isto não só prejudica a imagem do Governo como gera tensões, dentro do uribismo, entre os partidos com influência paramilitar e aqueles que estão «limpos». Este é o tema mais quente da actual agenda política colombiana, e por causa dele há ministros, bem como parlamentares da coligação oficialista, que estão na «corda bamba».

Até aqui, uma das grandes virtudes de Uribe tem sido a de se rodear de ministros «fusíveis», capazes de se desgastarem em momentos de crise deixando intacta a imagem

do Presidente. Porém, o escândalo da «parapolítica» parece ser muito mais complexo do que qualquer dos desafios que o Governo já teve de enfrentar, e pode manchar fortemente a figura do chefe de Estado.

Isto complica-se ainda mais num cenário em que o Governo dos Estados Unidos pressiona pela extradição dos narcotraficantes, que em muitos casos são os próprios paramilitares, e num quadro em que os mecanismos estabelecidos para facilitar o regresso dos desmobilizados à vida civil são insuficientes³².

A POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA, SEM «PLANO B»

A política externa colombiana oscilou desde inícios do século XX entre duas tendências: o *Respice Polum*, isto é, a orientação pela estrela polar, e o *Respice Similia*, a [orientação pelos semelhantes]. A primeira traduz-se numa subordinação aceite, assumida e racionalizada, em que a Colômbia se coloca sob a esfera de influência norte-americana. A segunda é uma forma de mostrar distância frente aos Estados Unidos, num contexto de inserção internacional mais autónoma³³.

Na última década, predominou o primeiro destes dois perfis. Os Governos de Pastrana e Uribe não só se mantiveram dentro da lógica do *Respice Polum* como foram dela fervorosos militantes. Sobretudo Uribe, que pode ser considerado o principal aliado de Washington na região³⁴.

Como já se disse, depois da crise da Administração Samper, grande parte do protagonismo da agenda do Governo Pastrana foi ocupada pela normalização das relações com os Estados Unidos, sobretudo depois de William Clinton ter reconhecido o conflito colombiano como um tema sensível para a agenda de segurança do seu país. Em consequência, embora isto tenha fortalecido Pastrana, a longo prazo restringiu a margem de manobra do Estado colombiano, legitimando uma crescente influência dos Estados Unidos nos assuntos internos³⁵.

Já durante a campanha presidencial de 1997 se colocava a necessidade de empreender uma espécie de «Plano Marshall» para conseguir a paz, o que implicaria a participação dos Estados Unidos³⁶. Foi neste contexto que se negociou o Plano Colômbia, que, muito sinteticamente, consiste num pacote de ajuda norte-americana destinado à resolução do conflito. Assente no princípio da co-responsabilidade³⁷, este programa sofreu uma mutação, passando rapidamente de um programa de desenvolvimento a uma iniciativa antinarcóticos e de guerra anti-insurgente³⁸. Esta situação agudizou-se desde Setembro de 2001, momento em que o enfoque estritamente antidroga da cooperação dos Estados Unidos passou a estar definido dentro do âmbito da luta contra o terrorismo. Desde então, e ainda mais a partir da eleição de Uribe em 2002, a maior parte da política externa colombiana ficou relegada a um papel de subordinação em relação aos Estados Unidos e ao Plano Colômbia. Paralelamente, o facto de os Estados Unidos verem a Colômbia como um problema e como um perturbador da estabilidade regional fez com que a sua atenção se tivesse concentrado mais nela do que nos países vizinhos³⁹.

Deste modo, Bogotá limitou-se, no essencial, a conseguir apoios e fundos para o financiamento do conflito interno, e os Estados Unidos são o único parceiro capaz, e disposto, a conceder-lhe os recursos para o fortalecimento do Estado, o que revela a ligação permanente do Governo de Uribe às iniciativas de Washington. A Política de Segurança Democrática assenta nesta relação. Os Estados Unidos não só desempenham um papel central na ajuda ao Governo colombiano, mas também na definição e no planeamento da estratégia de guerra, bem como nos processos de negociação com os grupos ilegais. Contudo, com a Administração Uribe, a aproximação aos Estados Unidos não

aumentou apenas no domínio da segurança, mas também no que se refere ao comércio. Desde há vários anos, tanto o Governo como grande parte do empresariado depositaram quase todas as suas energias na Lei de Preferência Comercial Andina (ATPA)⁴⁰, que implica a concessão de preferências aduaneiras unilaterais por parte do Governo americano, com o objectivo de estimular alternativas económicas às plantações ilícitas. Porém, o carácter provisório dessa lei, que se vence no final de 2006, gerou pressões no sentido da assinatura de um tratado de comércio livre⁴¹. Isto deveu-se, fundamentalmente, à ratificação do CAFTA⁴² por parte dos países da América Central, com os quais a Colômbia, a não receber tratamento preferencial, não poderá competir em vários sectores do mercado norte-americano.

OS ESTADOS UNIDOS NÃO SÓ DESEMPENHAM UM PAPEL CENTRAL NA AJUDA AO GOVERNO COLOMBIANO, MAS TAMBÉM NA DEFINIÇÃO E NO PLANEAMENTO DA ESTRATÉGIA DE GUERRA, BEM COMO NOS PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO COM OS GRUPOS ILEGAIS.

O fim da ATPA e as vicissitudes sofridas com as negociações da ALCA levaram o Governo colombiano a fazer uma proposta alternativa, no sentido de uma negociação bilateral que se iniciou conjuntamente com o Peru e o Equador. Porém, desde o início das negociações até agora, a situação mudou radicalmente. Se, com maioria republicana nas duas câmaras americanas, a assinatura do CAFTA «passou» à justa, com apenas dois votos de vantagem, que poderá acontecer ao Tratado de Comércio Livre, tendo em conta que agora os democratas dominam o Congresso? O destino do tratado está muito mais dependente do que possa ocorrer no interior desta instituição do que daquilo que aconteça na Colômbia.

Foi justamente esta situação de incerteza que levou os países andinos a, na Cimeira de Quito de Junho de 2006, delegarem em Bogotá a representação dos seus interesses comuns, a fim de solicitar o apoio da Administração Bush à possibilidade de renovar o ATPA através de uma prorrogação por seis meses.

Em síntese, o Governo de Uribe encara a relação com os Estados Unidos como sendo a de dois aliados estratégicos, que inclui componentes políticas e económicas. Esta proximidade aos Estados Unidos, ainda que confira à Colômbia um apoio sólido, limita de forma sensível a sua margem de manobra, sobretudo em momentos de dificuldade da Administração Bush. Mas, embora aos olhos dos seus vizinhos a Colômbia tenha

adquirido a incómoda imagem de «ponta de lança» dos EUA na região, o facto de ser um forte foco de instabilidade não lhe deixa muitas alternativas.

COLÔMBIA – VENEZUELA, UMA CRISE ESTRUTURAL COM MANIFESTAÇÕES CONJUNTURAIIS

Com uma fronteira comum de 2216 quilómetros, a Colômbia e a Venezuela têm relações bilaterais intensas. Historicamente, essas relações oscilaram entre momentos de grande tensão, como os acontecimentos da corveta *Caldas*⁴³ nos anos 80, e outros de aproximação estreita, como na primeira metade dos anos 90, quando se caracterizaram pela vontade de minimizar os efeitos negativos das questões fronteiriças⁴⁴.

O melhor momento das relações entre os dois países deu-se precisamente no início da década passada, quando eles se transformaram em parceiros estratégicos, constituindo-se como eixo central da integração andina⁴⁵. Dessa maneira, conseguiram aproximar-se de um quadro em que a integração económica se consolidou como o aspecto mais positivo e sólido do processo. Foi assim que, inicialmente, lideraram juntos o Grupo Andino, e mais tarde a CAN⁴⁶, num contexto em que a aproximação entre a Venezuela e a Colômbia parecia muito mais realista do que a andina.

Essa aproximação não aconteceu por acaso. Nela desempenharam um papel central os presidentes Cesar Gaviria e Carlos Andrés Pérez, que conseguiram deixar para trás velhas rivalidades sem sentido e elaborar uma agenda comum de cooperação⁴⁷. Nesse contexto, o discurso dos chefes de Estado e dos ministros dos Negócios Estrangeiros voltou, ao fim de uma década, a falar em integração, e os objectivos que durante mais de vinte anos tinham sido esquivos começaram a tornar-se realidade⁴⁸.

Porém, a segunda metade dos anos 90 não tinha preparado para a relação bilateral um cenário muito encorajador. Depois de quase um quinquénio em que a Venezuela e a Colômbia se constituíram como «motores» da integração andina, as políticas levadas a cabo nestes últimos anos contribuíram muitíssimo para aumentar as tendências centrífugas da região. Assim, embora mantenham uma relação privilegiada – ainda que com oscilações no plano comercial –, durante os últimos oito anos as ligações políticas colombianas apontaram claramente na direcção dos Estados Unidos, enquanto a Venezuela se dirige em sentido oposto, abrindo-se uma brecha que todos os dias se acentua⁴⁹.

Não podemos esquecer, além disso, a permeabilidade da fronteira. O constante trânsito de grupos ilegais pelo território venezuelano transformou-se numa importante fonte de tensão bilateral. As atitudes de Chávez sobre a matéria agravaram a crise. Desde 1998, o chefe de Estado da Venezuela tem feito recorrentemente declarações que apenas dificultam a relação, como por exemplo:

«Não somos inimigos nem do Governo nem da guerrilha da Colômbia [...] Temos uma posição neutral, sem termos intenção de afrontar a guerrilha. Foi o próprio Governo da

Colômbia, durante a gestão de Andrés Pastrana, quem, na sua procura da paz, afrontou e conferiu o estatuto político à guerrilha.»⁵⁰

Os resultados da aproximação do Governo de Chávez à Colômbia e ao processo de paz mostram um balanço negativo. Ao estabelecer relações políticas com os grupos insurgentes, sem contemplar os efeitos que essa aproximação produz no país vizinho, gerou um forte processo de perda de confiança.

Porém, a responsabilidade pela tensão não é património exclusivo do Governo venezuelano, nem dos grupos ilegais da Colômbia. A situação também se complicou em resultado de várias intervenções do Governo colombiano, como durante a tentativa de golpe de Estado na Venezuela em Abril de 2002. Nessa ocasião, Juan Manuel Santos, à época ministro da Economia do Governo Pastrana e actualmente ministro da Defesa de Uribe, afirmou:

«A situação com o presidente Chávez estava a deteriorar muito o ambiente económico aqui na Colômbia em relação à Venezuela, e eu esperaria que isso se normalizasse... Eu disse que Pedro Carmona era um conhecedor da Colômbia porque foi com ele que há dez anos negociámos um acordo de comércio livre, e portanto seria um magnífico interlocutor em matéria comercial e económica.»⁵¹

Ao que a então secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, Clemencia Forero, acrescentou:

«Está a organizar-se um Governo interino presidido por um grande integracionista, que é Pedro Carmona, de tal maneira que nós desejamos que esta transição que agora se inicia na Venezuela seja assinalada pelo regresso aos princípios democráticos e à garantia dos direitos fundamentais dos venezuelanos.»⁵²

Desde então, os dois países têm vivido estruturalmente numa relação de crise, com manifestações conjunturais. Isto deve-se muito ao facto de a Colômbia ser um dos poucos países da região que partilha a agenda de segurança dos EUA, enquanto a Venezuela mantém uma forte oposição ao Plano Colômbia, que considera como uma frente avançada dos EUA em território sul-americano.

Essas manifestações conjunturais ficaram evidentes em acontecimentos como:

- O «caso Granda»⁵³, que a Venezuela encarou como uma afronta à sua soberania, levando o Governo venezuelano a fechar temporariamente a fronteira e a interromper o comércio entre os dois países;
- A compra pela Venezuela de armamento russo que, segundo se tem especulado – embora, é preciso dizer, sem nenhum tipo de provas –, poderia facilmente chegar às mãos das

FARC⁵⁴. Se é verdade que a aquisição de tecnologia militar não representa necessariamente uma ameaça à estabilidade regional⁵⁵, ela implica riscos, sobretudo num contexto volátil e conflitual como o da fronteira com a Colômbia. Dentro deste quadro, apesar das tentativas do Governo colombiano para minimizar o tema, verificaram-se manifestações de inquietação. O próprio ex-ministro da Defesa da Colômbia, Jorge Uribe, o admitiu;

- A possível ligação entre um grupo de agentes do Departamento Administrativo de Segurança (DAS) colombiano e paramilitares que teriam planeado atentados contra Chávez. Esta situação foi denunciada pelo ex-chefe de sistemas do Departamento, levando o Governo venezuelano a exigir explicações à Administração Uribe⁵⁶.

Por último, como já se disse, a mais recente manifestação desta relação tensa verificou-se com o abandono da CAN por parte da Venezuela e a sua integração no Mercosul. Este não é um problema menor, já que a Venezuela é o segundo mercado mais importante para a Colômbia – depois dos Estados Unidos – e, sobretudo, porque é o principal destino das suas exportações não-tradicionais.

Apesar de repetidos esforços para que o Governo venezuelano repensasse a situação, Chávez recusou, referindo-se à Comunidade como um «organismo que serve as elites transnacionais e não os nossos povos de pobres e de índios»⁵⁷. Neste sentido, fica por esclarecer em que medida é que o Mercosul (ao qual o Governo venezuelano reclama insistentemente que seja mais social) é diferente da CAN, e parecendo pertinente a afirmação de Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, que declarou que «não é o Mercosul que tem de se adaptar à Venezuela, mas a Venezuela que tem de se adaptar ao Mercosul»⁵⁸.

Porém, ultimamente as águas acalmaram. A intensa campanha iniciada por Chávez para obter o lugar no Conselho de Segurança da ONU – que o levou a deslocar-se, entre outros sítios, à Bielorrússia, à Rússia, ao Irão, ao Vietname, ao Malí, à China, à Malásia, a Angola e à Síria, além de ter participado activamente na Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados que se realizou em Cuba – originou que grande parte da atenção que dedicava à Colômbia se tivesse deslocado, abrindo nas relações bilaterais um clima de calma pouco habitual.

RECAPITULANDO

Ao longo do trabalho pudemos identificar importantes semelhanças e diferenças relativamente à situação política, e em particular à política externa, da Venezuela e da Colômbia. Nos dois casos, partimos de contextos similares, em que países que foram durante várias décadas democracias das mais estáveis da América Latina se transformaram, no final do século, em fortes focos de instabilidade regional.

Os sistemas de partidos, até há pouco tempo bem estruturados, deram lugar a um cenário de incerteza em que a presença de lideranças carismáticas provocou a erosão

das forças políticas tradicionais. No entanto, os novos sistemas não adquiriram um perfil sólido, o que gera um alto nível de incerteza. Neste contexto, podemos reconhecer a natureza combativa e polarizadora tanto do discurso antiterrorista de Uribe como do discurso antiliberal de Chávez, bem como a hostilidade em relação aos partidos políticos que ambos manifestam. Isto desembocou em formas de Governo que caem directamente dentro de parâmetros cuja democraticidade é questionável⁵⁹.

Neste quadro, elementos fulcrais, como os preços internacionais do petróleo e o conflito interno, tornaram-se eixos da configuração das políticas externas da Venezuela e da Colômbia. No primeiro caso, aumentando os níveis de autonomia no processo de tomada de decisão; no segundo, diminuindo. Neste cenário, Caracas aproveita a situação para tratar de aumentar a sua influência regional, a partir de uma cadeia contínua de provocações e de oposição ao Governo dos Estados Unidos. Perante isto, os EUA assumiram várias posições, sem chegarem a um consenso razoável sobre como devem encarar as relações com o Governo de Chávez. Assim se compreende melhor que a Venezuela mantenha o espaço necessário para continuar a relacionar-se com Washington num plano de ambiguidade. Ao mesmo tempo, Bogotá consolida-se como o principal aliado dos EUA na região.

Esta situação cria uma tensão evidente no plano bilateral. Não se trata de um problema menor, pois o alto grau de interdependência estabelecido entre os dois países nos últimos anos leva a que as tensões políticas se traduzam fortemente a nível social. As relações entre eles debilitaram-se, paulatinamente, multiplicando-se os motivos de tensão, tanto por causa da relação com os EUA, como pelos *ex abruptos* discursivos do Governo da Venezuela e pela intensificação do conflito na Colômbia. Porém, ao lado das diferenças político-ideológicas, há que ter em conta o choque das personalidades dos presidentes – cujas características se viram extraordinariamente reforçadas pelo exercício presidencial – que se constituíram num forte obstáculo à relação entre os dois países. Por último, importa realçar que a crise bilateral não afectou apenas a Colômbia e a Venezuela. Afectou inevitavelmente também os restantes sócios da CAN, transformando-se num dos principais factores de paralisia e retrocesso desta instituição. Assim, os países que no período de relações cordiais foram justamente as «locomotivas» da integração converteram-se rapidamente nas «locomotivas» da desintegração⁶⁰. RI

TRADUÇÃO: IVAN NUNES

- 1** CARDOZO, Elsa – «La gobernabilidad democrática regional y el papel (des)integrador de la energía». In *Nueva Sociedad* 204, FES, ISSN 0251-3552, Julho-Agosto de 2006.
- 2** MORALES, Gustavo Adolfo, «Entre la apremiante crisis interna y el acelerado distanciamiento bilateral: Colombia y Venezuela durante el período 1999-2006» in MORALES, G., (ed.) – *Incentivos y Dificultades para la Integración en el Siglo XXI*. Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2006, p. 65.
- 3** Comité de Organização Política Eleitoral Independente, um partido de orientação democrata-cristã (N. do T.).
- 4** SCHIFTER, Michael – «In search of Hugo Chávez». In *Foreign Affairs*, Junho de 2006.
- 5** SCHULDT, Jürgen, e ACOSTA, Alberto – «Petróleo, rentismo y subdesarrollo: ¿una malición sin solución?». In *Nueva Sociedad* 204, FES, ISSN 0251-3552, Julho-Agosto de 2006.
- 6** SCHIFTER, Michael – «In search of Hugo Chávez».
- 7** LAGOS, Marta – «A aparece de la fantasía: Hugo Chávez y los liderazgos en América Latina». In *Nueva Sociedad* 205, FES, ISSN 0251-3552, Setembro-Outubro de 2006.
- 8** MORA BRITO, Daniel – «La política exterior de Hugo Chávez en tres actos (1998-2004)». In *Aldea Mundo Revista sobre Fronteras e Integración*. Universidad de Los Andes, San Cristóbal, ISSN 1316-6727, ano 8, n.º 16, Novembro de 2003-Abril de 2004.
- 9** ARRIAGADA HERRERA, Genaro – «Petróleo y gas en América Latina: un análisis político de relaciones internacionales a partir de la política venezolana». In *Real Instituto Elcano*, documento de trabalho n.º 20, 19 de Setembro de 2006.
- 10** DUARTE VILLA, Rafael – «Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez». In *Cuadernos Cendes*, Universidad Central de Venezuela, ISSN 1012-2508, ano/vol. 21, n.º 55, Janeiro-Abril de 2004.
- 11** CARDOZO, Elsa – «La gobernabilidad democrática regional y el papel (des)integrador de la energía»; MORA BRITO, Daniel – «La política exterior de Hugo Chávez en tres actos (1998-2004)».
- 12** Drug Enforcement Administration, a agência do Governo dos EUA encarregue do combate ao tráfico de droga (N. do T.).
- 13** Discurso do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, 20 de Setembro de 2006.
- 14** HAKIM, Peter – «¿Pierde Washington a América Latina?». In *Foreign Affairs en Español*, ITAM, ISSN, 1665-1707, Janeiro-Março de 2006.
- 15** ORTIZ, Román – «La estrategia de seguridad de la administración Uribe: un balance de oportunidades y retos». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 46, 8 de Abril de 2005.
- 16** MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela y su incidencia en la integración sudamericana». In MORALES, G. (ed.) – *Incentivos y Dificultades para la Integración en el Siglo XXI*. Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2006.
- 17** MALAMUD, Carlos – «La salida venezolana de la Comunidad Andina de Naciones y sus repercusiones sobre la integración regional (1.ª parte)». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 54, 10 de Maio de 2006.
- 18** Área de Livre Comércio das Américas, um acordo comercial proposto pelos EUA a todos os países do continente americano excepto Cuba (N. do T.).
- 19** HIDALGO, Manuel – «Chávez a votación: Venezuela ante las elecciones del 3 de diciembre». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 120, 24 de Novembro de 2006.
- 20** Dados do Conselho Nacional Eleitoral <http://www.cne.gov.ve/>
- 21** «Chávez cerró su campaña», BBC Mundo, segunda-feira, 27 de novembro de 2006. http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_6186000/6186632.stm
- 22** PIZARRO, Eduardo – *Una Democracia Asediada. Balance y Perspectivas del Conflicto Armado en Colombia*. Bogotá: Editorial Norma, 2004.
- 23** TICKNER, Arlene – «Convergencias y contradicciones en las políticas internas y externas de Colombia: de Andrés Pastrana a Álvaro Uribe». Trabalho realizado para ser apresentado no Congresso de 2003 do Latin American Studies Association (LASA), Dallas, Texas, 27-29 de Março de 2003 <http://136.142.158.105/Lasa2003/TicknerArlene.pdf>.
- 24** PIZARRO, Eduardo – «La atomización partidista en Colombia: el fenómeno de las micro-empresas electorales». In *Working Paper #292*, Princeton University, Janeiro de 2002.
- 25** TANAKA, Martín – «Los sistemas de partidos en los países andinos, 1980-2005: reformismo institucional, autoritarismos competitivos y los desafíos actuales». In *Working Paper #324*, Helen Kellogg Institute for International Studies, Março de 2006.
- 26** RESTREPO, Luis – «La difícil recomposición de Colombia». In *Nueva Sociedad*, Caracas, FES, ISSN 0251-3552, Julho-Agosto de 2004, pp. 50-51; RAMÍREZ, Socorro – «Colombia y sus vecinos». In *Nueva Sociedad* 192, FES, ISSN 0251-3552, Julho-Agosto de 2004.
- 27** Registraduría Nacional del Estado Civil www.registraduria.gov.co/
- 28** MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela. Motores y verdugos de la integración andina». In *Cuadernos del CLAEH* N.º 91, 2.ª série, ano 28, 2005/2.
- 29** HARTLYN, Johnatan – «El presidencialismo y la política colombiana». In LINZ, Juan, e VALENZUELA, Arturo (eds.) – *Las Crisis del Presidencialismo. 2. El Caso de Latinoamérica*. Madrid: Alianza, 1998, p. 193.
- 30** DUZÁN, María Jimena – «Cuando los extremos se tocan. Lo que va de Uribe a Chávez». In *El tiempo*, 17 de Janeiro de 2005. www.eltiempo.com.co
- 31** Embora em 2003 a lei eleitoral tenha sido reformada no sentido de gerar um efeito redutor no sistema de partidos, o patamar de aceitação continua a ser demasiado baixo, permitindo a presença de dez partidos no Senado e 21 na Câmara.
- 32** ORTIZ, Román – «La estrategia de seguridad de la administración Uribe: un balance de oportunidades y retos».
- 33** PARDO, Rodrigo, e TOKATLIAN, Juan – *Política Exterior Colombiana*. Bogotá: Tercer Mundo editores, 1988.
- 34** MORALES, Gustavo Adolfo – «Relaciones colombo-venezolanas entre 1989-2005: dos políticas exteriores oscilantes entre la integración y la confrontación». In MORALES, G. (ed.) – *Incentivos y Dificultades para la Integración en el Siglo XXI*. Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2006, p. 132.
- 35** MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela. Motores y verdugos de la integración andina», p. 107.
- 36** CARVAJAL, Leonardo, e PARDO, Rodrigo – «La internacionalización del conflicto doméstico y los procesos de paz». In ARDILA, M., CARDONA, D., e TICKNER, A. (eds.) – *Prioridades y Desafíos de la Política Exterior Colombiana*. Bogotá: FES, 2002, p. 184.
- 37** Este princípio implica que os Estados Unidos reconhecem uma quota de responsabilidade no conflito, decorrente do facto de serem um mercado consumidor.
- 38** MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela. Motores y verdugos de la integración andina», p. 108.
- 39** TICKNER, Arlene – «"Colombia" es lo que los actores hacen de ella: una [re]lectura de la política exterior colombiana hacia EEUU».
- 40** Andean Trade Preference Act: Lei das Preferências Alfandegárias Andinas (N. do T.).
- 41** MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela. Motores y verdugos de la integración andina», p. 109.
- 42** Central America Free Trade Agreement: Acordo de Comércio Livre da América Central (N. do T.).

- 43 Crise desencadeada pela ausência de uma fronteira aceite por ambas as partes no golfo da Venezuela, onde as áreas de patrulha se sobrepõem.
- 44 MORALES, Gustavo Adolfo – «Relaciones colombo-venezolanas entre 1989-2005: dos políticas exteriores oscilantes entre la integración y la confrontación», p. 119.
- 45 MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela y su incidencia en la integración sudamericana».
- 46 Comunidade Andina de Nações (N. do T.).
- 47 MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela. Motores y verdugos de la integración andina».
- 48 PARDO GARCÍA PEÑA, Rodrigo – «Colombia y Venezuela: la nueva integración». In CARDONA, D. Nasi *et alii* – *Colombia-Venezuela: Crisis o Negociación*. Bogotá: CEI-FESCOL, 1992, p. 5.
- 49 MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela y su incidencia en la integración sudamericana».
- 50 MALAMUD, Carlos – *El Largo Camino para la Paz en Colombia*. Bogotá: Cátedra Corona, Universidad de los Andes, 2004, p. 60.
- 51 «Presidentes A. Latina condenan ruptura democracia». In VenezuelaTerra/Reuters <http://www.terra.com/actualidad/articulo/html/act76809.htm>
- 52 *Ibidem*.
- 53 A 13 de Dezembro de 2004, Rodrigo Granda, um dos porta-vozes internacionais das FARC, foi capturado em Caracas (num complicado processo em que não houve mandato internacional de captura). Esse acontecimento fez recrudescer o conflito entre os dois países.
- 54 Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, um grupo de guerrilha (N. do T.).
- 55 Os motivos para a compra de armamento podem relacionar-se com várias questões, como a mudança da doutrina militar venezuelana, o mau estado em que se encontram as Forças Armadas do país ou o desejo da Venezuela de diversificar as suas fontes de fornecimento de armamento para além dos EUA.
- 56 MALAMUD, Carlos – «La salida venezolana de la Comunidad Andina de Naciones y sus repercusiones sobre la integración regional [2.ª parte]: su impacto en MERCOSUR». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 63, 31 de Maio de 2006, 2006a, p. 3.
- 57 MALAMUD, Carlos – «La salida venezolana de la Comunidad Andina de Naciones y sus repercusiones sobre la integración regional [3.ª parte]: la nacionalización de los hidrocarburos bolivianos». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 81, 18 de Julho de 2006b.
- 58 *Ibidem*.
- 59 MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela. Motores y verdugos de la integración andina».
- 60 *Ibidem*.

BIBLIOGRAFIA

- ARRIAGADA HERRERA, Genaro – «Petróleo y gas en América Latina: un análisis político de relaciones internacionales a partir de la política venezolana». In *Real Instituto Elcano*, documento de trabalho n.º 20, 19 de Setembro de 2006.
- CARDOZO, Elsa – *Venezuela en la Comunidad Andina: Retrocesos en Tres Escalas*. Aldea Mundo, Universidad de Los Andes, San Cristóbal ISSN 1316-6727, ano 8, n.º 16, Novembro de 2003-Abril de 2004.
- CARDOZO, Elsa – «La gobernabilidad democrática regional y el papel (des)integrador de la energía». In *Nueva Sociedad* 204, FES, ISSN 0251-3552, Julho-Agosto de 2006.
- CARVAJAL, Leonardo, e PARDO, Rodrigo – «La internacionalización del conflicto doméstico y los procesos de paz». In ARDILA, M., CARDONA, D., e TICKNER, A. (eds.) – *Prioridades y Desafíos de la Política Exterior Colombiana*. Bogotá: FES, 2002.
- DUARTE VILLA, Rafael – «Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez». In *Cuadernos Cendes*, Universidad Central de Venezuela, ISSN 1012-2508, ano/vol. 21, n.º 55, Janeiro-Abril de 2004.
- DUZÁN, María Jimena – «Cuando los extremos se tocan. Lo que va de Uribe a Chávez». In *El tiempo*, 17 de Janeiro de 2005. www.eltiempo.com.co
- HAKIM, Peter – «¿Pierde Washington a América Latina?». In *Foreign Affairs en Español*, ITAM, ISSN, 1665-1707, Janeiro-Março de 2006.
- HARTLYN, Johnatan – «El presidencialismo y la política colombiana». In LINZ, Juan, e VALENZUELA, Arturo (eds.) – *Las Crisis del Presidencialismo. 2. El Caso de Latinoamérica*. Madrid: Alianza, 1998.
- HIDALGO, Manuel – «Chávez a votación: Venezuela ante las elecciones del 3 de diciembre». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 120, 24 de Novembro de 2006.
- LAGOS, Marta – «A apear-se de la fantasia: Hugo Chávez y los liderazgos en América Latina». In *Nueva Sociedad* 205, FES, ISSN 0251-3552, Setembro-Outubro de 2006.
- MALAMUD, Carlos – «El largo camino para la paz en Colombia». Bogotá: Cátedra Corona, Universidad de los Andes, 2004.
- MALAMUD, Carlos – «La salida venezolana de la Comunidad Andina de Naciones y sus repercusiones sobre la integración regional [1.ª parte]». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 54, 10 de Maio de 2006.
- MALAMUD, Carlos – «La salida venezolana de la Comunidad Andina de Naciones y sus repercusiones sobre la integración regional [2.ª parte]: su impacto en MERCOSUR». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 63, 31 de Maio de 2006a.
- MALAMUD, Carlos – «La salida venezolana de la Comunidad Andina de Naciones y sus repercusiones sobre la integración regional [3.ª parte]: la nacionalización de los hidrocarburos bolivianos». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 81, 18 de Julho de 2006b.
- MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela. Motores y verdugos de la integración andina». In *Cuadernos del CLAEH* N.º 91, 2.ª série, ano 28, 2005/2.
- MILANESE, Juan Pablo – «Colombia y Venezuela y su incidencia en la integración sudamericana». In MORALES, G. (ed.) – *Incentivos y Dificultades para la Integración en el Siglo XXI*. Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2006.
- MORA BRITO, Daniel – «La política exterior de Hugo Chávez en tres actos (1998-2004)». In *Aldea Mundo Revista sobre Fronteras e Integración*. Universidad de Los Andes, San Cristóbal, ISSN 1316-6727, ano 8, n.º 16, Novembro de 2003-Abril de 2004.
- MORALES, Gustavo Adolfo – «Relaciones colombo-venezolanas entre 1989-2005: dos políticas exteriores oscilantes entre la integración y la confrontación». In MORALES, G. (ed.) – *Incentivos y Dificultades para la Integración en el Siglo XXI*. Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2006.
- MORALES, Gustavo Adolfo – «Entre la apremiante crisis interna y el acelerado distanciamiento bilateral: Colombia y Venezuela durante el período 1999-2006». In MORALES, G. (ed.) – *Incentivos y Dificultades para la Integración en el Siglo XXI*. Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2006.

ORTIZ, Román - «La estrategia de seguridad de la administración Uribe: un balance de oportunidades y retos». In *Real Instituto Elcano*, ARI n.º 46, 8 de Abril de 2005.

PARDO, García Peña, Rodrigo - «Colombia y Venezuela: la nueva integración». In CARDONA, D. Nasi, et alii - *Colombia-Venezuela: Crisis o Negociación*. Bogotá: CEI-FESCOL, 1992.

PARDO, Rodrigo, e TOKATLIAN, Juan - *Política Exterior Colombiana*. Bogotá: Tercer Mundo editores, 1988.

PIZARRO, Eduardo - «¿Hacia un sistema multipartidista? Las terceras fuerzas en Colombia hoy». In *Análisis Político No. 31*, IEPRI, ISSN 0121-4705, Maio-Agosto de 1997.

PIZARRO, Eduardo - «La atomización partidista en Colombia: el fenómeno de las micro-empresas electorales». In *Working Paper #292*, Princeton University, Janeiro de 2002.

PIZARRO, Eduardo - *Una Democracia Asejada. Balance y Perspectivas del Conflicto Armado en Colombia*. Bogotá: Editorial Norma, 2004.

RAMÍREZ, Socorro - «Colombia y sus vecinos». In *Nueva Sociedad 192*, FES, ISSN 0251-3552, Julho-Agosto de 2004.

RESTREPO, Luis - «La difícil recomposición de Colombia». In *Nueva Sociedad*, Caracas, FES, ISSN 0251-3552, Julho-Agosto de 2004.

ROMERO, Carlos A. - «Venezuela y Estados Unidos: ¿Una relación esquizofrénica?». In *Nueva Sociedad*, n.º 206, FES, ISSN 0251-3552, Novembro-Dezembro de 2006.

SCHIFTER, Michael - «In search of Hugo Chávez». In *Foreign Affairs*, Junho.

SCHULDT, Jürgen, e ACOSTA, Alberto - «Petróleo, rentismo y subdesarrollo: ¿una maldición sin solución?». In *Nueva Sociedad 204*, FES, ISSN 0251-3552, Julho-Agosto de 2006.

TANAKA, Martín - «Los sistemas de partidos en los países andinos, 1980-2005: reformismo institucional, autoritarismos competitivos y los desafíos actuales». In *Working Paper #324* - Helen Kellogg Institute for International Studies, Março de 2006.

TICKNER, Arlene - «"Colombia" es lo que los actores hacen de ella: una [re]lectura de la política exterior colombiana hacia EEUU». In ARDILA, M., CARDON, D., e TICKNER, A. (eds.) - *Prioridades y Desafíos de la Política Exterior Colombiana*. Bogotá: FES, 2002.

TICKNER, Arlene - «Convergencias y contradicciones en las políticas internas y externas de Colombia: de Andrés Pastrana a Álvaro Uribe». Trabajo realizado para ser presentado no Congreso de 2003 do Latin American Studies Association (LASA), Dallas, Texas, 27-29 de Março de 2003 <http://136.142.158.105/Lasa2003/TicknerArlene.pdf>.